

Acordo sobre emendas destrava orçamento 2025

Votação da peça orçamentária deve ocorrer na próxima semana

/ CONGRESSO NACIONAL

O Congresso Nacional aprovou, nesta quinta-feira, projeto de resolução que dribla o Supremo Tribunal Federal (STF) e mantém a brecha para que a destinação de emendas parlamentares escondam os seus respectivos autores.

A matéria foi aprovada por 361 a 33 entre deputados e 64 a 3 entre senadores. Ela era o único item na pauta da sessão conjunta.

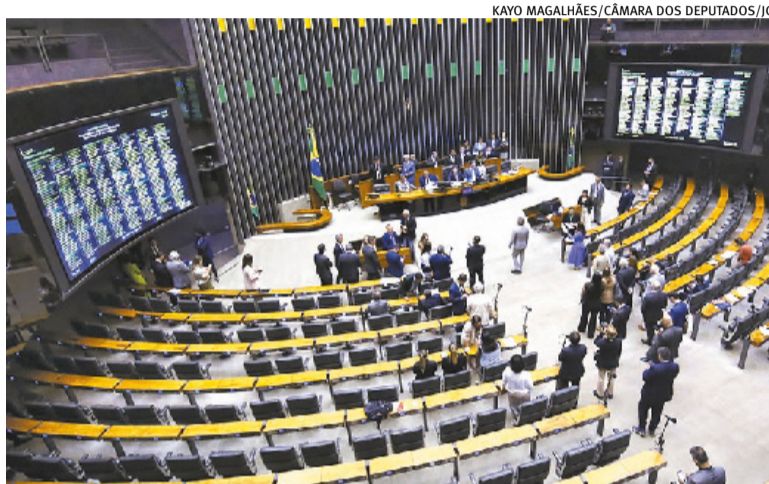
A proposta - elaborada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal -, é fruto do acordo com o Supremo para dar mais transparência às emendas. O impasse com o STF atrasou a votação do orçamento, que deveria ocorrer em dezembro. A aprovação do acordo nesta quinta-feira destrava o avanço da peça orçamentária de 2025, que deve ser votada na quarta-feira da semana que vem pelo Congresso.

O acordo foi firmado após uma série de embates com o ministro do STF Flávio Dino, que relata ações sobre o tema e chegou a criticar a "balbúrdia" no orçamento da União criada por esses procedimentos.

Porém, o texto ainda permite que os parlamentares façam indicações por meio de suas bancadas partidárias, constando apenas a assinatura do líder da sigla, sem identificação do autor original.

A possibilidade está justamente dentro das emendas de comissão, um dos principais alvos de crítica de Dino, pela falta de clareza na alocação dos recursos.

Os partidos solicitaram que a proposta fosse alterada para explicitar o autor das emendas indicadas pelas bancadas, o que não



Placar da sessão foi 361 a 33 entre deputados e 64 a 3 entre senadores

foi acatado pelo relator Eduardo Gomes (PL-TO).

As iniciativas de Dino sobre as emendas parlamentares tiveram seu ponto alto no final do ano passado, quando o ministro fez exigências de transparência para a aplicação dos recursos, suspendeu pagamentos e acionou a Polícia Federal para investigar possíveis irregularidades.

As medidas abriram uma crise com o Congresso, em especial com o então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). As emendas de comissão foram turbinadas por Lira após a derrubada, pelo próprio STF em 2022, das verbas de relator, que não tinham mecanismos de transparência.

Os parlamentares, então, passaram a usar os recursos das comissões temáticas do Congresso para direcionar dinheiro a seus redutos eleitorais, sem a identificação dos padrinhos.

Dino então exigiu mais transparência e que as indicações fossem votadas pelos colegiados. Ele criticou o mecanismo por transformar emendas de comissão

em "emendas de líderes partidários", já que estes eram os únicos nomes que apareciam nos registros oficiais.

A resolução aprovada nesta quinta-feira, que deveria adequar os ritos das emendas para dar mais transparência, manteve vivo o mecanismo de indicação pelo líder partidário.

Em um primeiro momento, o texto exige a identificação, em cada emenda, dos parlamentares que compõem as comissões temáticas.

Mais adiante, no entanto, ele permite que sejam feitas indicações às comissões por meio das bancadas de cada sigla, exigindo apenas a assinatura "pelos líderes partidários", acompanhadas de um formulário.

No formulário, são exigidas informações como município e CNPJ do favorecido, valor, beneficiário final, código da emenda e código da ação orçamentária à qual ela representa. Não se exige, portanto, que o parlamentar autor da indicação seja registrado no documento.

PGR mantém denúncia contra Bolsonaro e caso no STF

/ INVESTIGAÇÃO

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, afirmou nesta quinta-feira que a nova tese definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que amplia o foro especial de autoridades garante que cabe à corte o julgamento da trama golpista de 2022.

A manifestação de Gonet foi feita em resposta às defesas prévias de denunciados pelas conspirações por um golpe de Estado. Os acusados

alegavam que o julgamento não caberia ao Supremo.

O PGR defende que seja aceita a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete acusados pelo "núcleo crucial" da trama golpista e que eles se tornem réus pelo STF. O grupo é composto, além de Bolsonaro, por Alexandre Ramagem, Almir Garnier, Anderson Torres, Augusto Heleno, Mauro Cid, Paulo Sérgio Nogueira e Braga Netto.

A nova tese sobre foro especial

foi definida pelo Supremo em julgamento encerrado na terça-feira. Por 7 votos a 4, os ministros decidiram que autoridades que cometeram crimes devem ser processadas na corte mesmo após deixarem os cargos.

O novo entendimento muda uma jurisprudência em vigor desde 2018, quando o Supremo estabeleceu que as investigações deveriam ser remetidas à primeira instância após as autoridades deixarem suas funções.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Aposentados e pensionistas

O deputado federal gaúcho Ronaldo Nogueira (Republicanos, foto) critica normas do governo que facilitam operadoras de crédito consignado levando ao endividamento de aposentados e pensionistas. Ele apresentou emenda substitutiva impondo medidas de proteção e prevenção contra "fraudes em operações de crédito de qualquer natureza" envolvendo aposentados e pensionistas.



ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Assédio dos telemarketings

Na visão de Ronaldo Nogueira, "a situação de endividamento, em grande parte, acontece por consequência do assédio que sofrem por parte dos serviços de telemarketing contratados para captarem essa clientela para contrair empréstimos, muitas vezes, sem o conhecimento dos aposentados ou pensionistas".

Crédito consignado

Segundo o congressista, "o empréstimo consignado tem sido um atrativo para os agentes financeiros que enxergam nos aposentados e pensionistas um alvo para venda deste produto".

Tecnologias e serviços virtuais

"A proposta de exigência de assinatura física na contratação de operações de crédito não é nova, porém, sofre forte resistência dos agentes financeiros que operam utilizando tecnologias e serviços virtuais de atendimento ao cliente", reclama Nogueira.

Depois ninguém encontra

"Depois nunca são encontrados para atendimento presencial. Os abusos da concessão irresponsável do crédito, facilitadas pelas normas reguladoras do governo, têm levado milhões de aposentados e pensionistas ao endividamento", alerta o congressista.

Alta da inflação

O deputado federal gaúcho Maurício Marcon (Podemos) alerta para a alta da inflação em fevereiro. Ele ressalta que o índice de 1,31%, registrado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), "é o maior dos últimos 22 anos. O impacto foi ainda maior para famílias de baixa renda, com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) atingindo quase 1,5%".

Mais empresários no governo

"Precisamos de mais empresários no governo", disse o presidente do Lide, empresário Paulo Octávio, no Brasil Summit, evento que reuniu, em Brasília, líderes empresariais, autoridades e especialistas do setor econômico e transição energética. "O empresário não pode ser omissor", acentuou.

Diálogo com Trump

Paulo Octávio aconselhou o governo federal a melhorar o diálogo com o governo de Donald Trump, especialmente em relação ao "tarifaço" promovido pelo presidente norte-americano.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.



www.sko.com.br | 51 3342.9323